



Prof. Esp. Adriana Fernandes Souza

Adriana Fernandes Souza é licenciada em Educação do Campo na UnB/FUP (2013), trabalha com Educação Popular, Teatro Político e Vídeo-popular. Trabalha com mulheres a questão negra e a violência contra a mulher. É especialista em Agroecologia no curso do Residência Agrária pela UnB/FUP (2015). Educadora de Linguagens (Língua Portuguesa, Literatura e Artes/Teatro) dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Educadora/professora de EJA no Programa ProJovem - Campo Saberes da Terra. Foi integrante da equipe de coordenação política-pedagógica do curso Residência Agrária Jovem UnB/FUP/CNPq (2015-2017). Mentora política do projeto Espaço de Cultura e Pesquisas com práticas agroecológicas, e da Biblioteca Carolina Maria de Jesus na Comuna Panteras Negras. Foi integrante e atriz do grupo de Agitação e Propaganda Semeadores (2003-2013). Integrante do Coletivo Terra em Cena, UnB/FUP, desde sua fundação, em 2010. Dirigiu o documentário Brigada de Agitação e propaganda Semeadores 2003-2013 (2013). Professora voluntária no Instituto Federal de Brasília no curso Tecnólogo em Agroecologia (2017). Ministra oficinas de Teatro do Oprimido e Comunicação Popular. É mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE/UnB, na linha de pesquisa de Educação Ambiental e Educação do Campo (EAEC).

A militância feminina na Educação do Campo

1. Revista Com Censo (RCC) - Você é assentada da Reforma Agrária, militante da luta pela terra, licenciada em Educação do Campo pela UnB e mestranda da FE/UnB. Como foi trilhar esse caminho, desde as condições objetivas de acesso à escola dada às mulheres do campo?

Adriana Fernandes Souza - O trilhar do caminho da vida acadêmica, associado à luta pela terra se tornou um grande desafio para as mulheres camponesas solteiras, chefes de família. Por falta de condições políticas e sociais que poderiam dar suporte a essas mulheres, das quais eu, Adriana Fernandes Souza, faço parte.

Ser militante do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), que tem a Educação como uma das pautas centrais da luta, foi um diferencial para que eu conseguisse ingressar na academia. Em consequência disso, outras mulheres puderam seguir com sua formação desde a Educação Básica, com os cursos de formação pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que prioriza a educação para os povos do campo, a Educação de Jovem e Adulto (EJA), e cursos em alternância da Educação do Campo (da Educação Básica até a especialização); contando com espaços pedagógicos para cuidar das nossas crianças (Cirandas) e, assim, possibilitando que nós mulheres conseguíssemos ter a nossa formação.

A falta de condições para o acesso à escola - como a ausência de escolas no campo, que atendam o público adulto, espaço para deixarmos nossas crianças em segurança enquanto estudamos - contribui para que muitas de nós não consigam ter

condições objetivas para estudarmos. Como a educação é uma das bandeiras de luta do MST, a própria organicidade do movimento, como resultado de lutas das mulheres, prevê nos espaços de formação e de política (como em reuniões e encontros) o espaço de acolhimento das crianças, e buscam garantir o transporte para a participação nos cursos.

Como minha formação acadêmica se deu em cursos da Educação do Campo, as suas especificidades formaram o diferencial que possibilitou que eu realizasse a graduação na licenciatura em Educação do Campo, a especialização em Residência Agrária, com ênfase em Agroecologia. Atualmente, em 2018, sou mestrandia em Educação, na linha de pesquisa da Educação Ambiental e Educação do Campo, pela Universidade de Brasília (UnB).

2. RCC - A sua experiência docente influenciou as novas gerações, suas filhas e netas?

Adriana - O que mudou para as novas gerações é que agora só existe um caminho: o de lutar pelo direito a ter direito. Com a realidade da política nacional no campo da educação, o retrocesso foi de mais de 30 anos, porque as gerações futuras não terão a sua disposição um conhecimento com acessibilidade, como os cursos proporcionados pelo PRONERA, pela Secretaria Nacional da Juventude, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) que alfabetizou milhões de jovens e adultos. Sem essas ferramentas, as novas gerações precisarão lutar para conquistar o direito de construir novas políticas públicas no campo da educação e, assim, construir novos caminhos.

3. RCC - No assentamento Pequeno Willian são realizadas diversas atividades educativas que articulam luta, educação e cultura, expressando o lugar da comunidade como agência formativa. Duas escolas classe estão próximas ao assentamento e atendem às crianças, além daquelas que recebem os jovens na cidade. Que diálogo tem acontecido com essas escolas, ou seria interessante e necessário que houvesse?

Adriana - As escolas que atendem as crianças do assentamento Pequeno Willian, antes de 2016, tinham uma relação bem próxima com a comunidade, realizavam várias atividades escolares no assentamento e mutirões, com a participação da comunidade. Depois do impeachment presidencial de 2016, percebo um afastamento silencioso delas. Pouco envolvem as mães e os pais que têm filhos que estudam nas escolas. A laicidade não é respeitada nas escolas. O que coloca as religiosidades das famílias dos estudantes em confronto. A comunidade praticamente não mantém diálogo e interação com essas instituições. Não existe uma construção coletiva das escolas com a comunidade. Falo isso porque já houve esse espaço, entre 2011 e 2016, no qual, independentemente de ter filhos nas escolas, a comunidade era convidada a participar.

4. RCC - Um dos grandes desafios no campo é enfrentar o esvaziamento do meio rural pelos jovens, que acabam

indo embora para as cidades, principalmente por falta de acesso à escola, ao lazer e ao trabalho. Como a escola pública pode contribuir para enfrentar tal desafio?

Adriana - Se as escolas fossem vinculadas à vida dos sujeitos, valorizando os saberes, a territorialidade e a cultura, pensando os tempos formativos não só na sala de aula, mas nas comunidades dos estudantes, despertariam nos jovens o reconhecimento e a valorização da sua identidade camponesa. A própria estrutura pedagógica é excludente. As escolas do campo existentes hoje no Distrito Federal têm profissionais de ensino que são urbanos, que vivem em realidade distante e distinta dos estudantes, sem ações que aproximem pedagogicamente os profissionais de ensino da realidade dos sujeitos. Isso faz com que a não valorização do campo, por ambas as partes, seja uma prática que só serve para distanciar o reconhecimento do campo como um bom lugar para se viver. Outros fatores preponderantes são: a ausência de escolas da Educação Básica (Fundamental e Médio) no campo, que faz com que os jovens, para dar continuidade na sua formação, precisem ir para a cidade; e, também, a precariedade de transporte, pois não se oferece suporte necessário para o povo que mora nas áreas rurais. Esses são os principais fatores que contribuem para o esvaziamento do campo.

5. RCC - Como vocês, sujeitos do campo, têm atuado na formação de crianças, jovens, adultos e idosos? O que podemos aprender com vocês?

Adriana - Nós, da Reforma Agrária, promovemos ações que dão suporte para o acesso ao conhecimento. Organizamos bibliotecas comunitárias, rodas de leituras, cursos de formação de música, de audiovisual e de teatro, profissionalização com artesanatos que valorizem a cultura camponesa e o nosso cerrado, turmas de preparatórias para o ENEM e vestibulares, saraus literários, contação de histórias para crianças e cineclubes, etc..

6. RCC - A Comuna Panteras Negras, coletivo de mulheres negras agricultoras, é uma importante agência formativa da comunidade, com atuação político-educativa-cultural relevante, reconhecida por prêmios, inclusive como ponto de cultura do DF. Como nasceu a Comuna e o que ela vem criando e inventando?

Adriana - A Comuna Panteras Negras nasceu em 2013, na parcela (chácara) 12 do núcleo 3, do Assentamento Pequeno Willian, quando eu, Adriana Fernandes Souza, militante e estudante fui assentada. A Comuna nasceu com objetivo de construir um espaço de produção do conhecimento, de cultura e de pesquisas, que visa acolher temporariamente mulheres negras artistas/militantes/educadoras e estudantes, com suas famílias. Nesses cinco anos de existência, a Comuna vem promovendo o acesso às atividades culturais e capacitação para jovens, mulheres e idosos na promoção da autossustentação. Atua junto à comunidade em situação de vulnerabilidade, na área rural e em assentamentos da Reforma Agrária no território de Planaltina-DF. A Comuna acolhe atividades das instituições de ensino da

Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), e de instituições de ensino superior, como a Universidade de Brasília (UnB) e o Instituto Federal de Brasília (IFB), de vários campus, mas principalmente o de Planaltina, com aulas de campo do curso de Tecnologia em Agroecologia.

Em agosto de 2018, em reconhecimento ao impacto cultural do espaço no cenário do DF, a Comuna Panteras Negras foi reconhecida como Ponto de Cultura pela Secretaria de Cultura do DF. Atualmente, três famílias vivem de forma permanente, realizando a gestão coletiva do espaço, que possui um pequeno chalé de bio-construção e um barraco de madeira que atendem famílias que contribuem com o espaço de forma temporária. Ou através de formação e vivências com diversas organizações, coletivos culturais e de pesquisas, movimentos sociais, escolas de educação básica e de instituições de ensino superior, que também utilizam o espaço para realizar atividades de formação e pesquisas.

O Ponto de Cultura Comuna Panteras Negras promove trabalhos com teatro político e vídeo popular, saraus literários, cineclubes, formações de incentivo à autonomia das mulheres por meio de cursos de caráter técnico para o acesso à renda, tais como bordado, produção audiovisual, produção de artesanato, feiras de arte e cultura, rodas de cuidado e autocuidado entre ativistas, dentre outras atividades.

Além das atividades culturais regulares, o Ponto de Cultura mantém em sua sede a biblioteca Carolina Maria de Jesus, que surgiu em 2000, quando eu comecei, apenas com uma caixa de papelão e dez livros, a rodar os acampamentos fazendo leituras coletivas dos livros. Mas, somente em 2010, quando o Assentamento Pequeno Willian estava na fase de acampamento, a biblioteca idealizada por mim - responsável política da Comuna - se consolida. A biblioteca hoje conta com cerca de 2.500 livros adquiridos e doados por pessoas e instituições parceiras, e atende mulheres, estudantes, crianças e jovens da comunidade e do território de Planaltina-DF.

Em 2017, o recebimento dos Prêmios FAC Equidade de Gêneros, e do Prêmio LECRIA: Rede de Coletivos de Expressão - um reconhecimento pelas atividades realizadas embaixo do pé de pequi centenário, pois não havia uma estrutura para a realização das atividades - tornou possível a construção da sede própria da biblioteca Carolina Maria de Jesus (construção de alvenaria) e a aquisição de mobiliário. A organização e a gestão da biblioteca são realizadas pelas três famílias moradoras permanentes da Comuna, em parceria com representantes da comunidade local. O acesso à biblioteca é livre e gratuito e, para 2019, a Comuna prevê os seguintes cursos: de música, de preparação para ENEM e vestibulares (2ª edição); e um curso de qualificação em artesanato de fibras vegetais e sementes do cerrado. A intenção é estruturar melhor o espaço para ter uma agenda permanente de cineclubes, saraus literários, contação de histórias e aulas de artes marciais.

7. RCC - Que possíveis impactos você considera que a atual reforma do Ensino Médio causaria na Educação do Campo?

Adriana - Os impactos das mudanças serão sentidos na amplitude de toda a Educação Básica. Um dos desafios enfrentados é o de associar a metodologia pedagógica da prática educacional com as especificidades dos povos do campo e das escolas do campo. Essas escolas devem estar vinculadas à questão espacial e territorial e à valorização da identidade dos sujeitos, de modo a superar a visão do campo como um lugar do atraso. Essas alterações da LDB não visam qualificar a formação, pois retiram a obrigatoriedade das disciplinas que estão vinculadas diretamente à formação humana e, com isso, desqualificam e colocam o campo de volta nesse lugar do atraso. A luta é por uma educação de qualidade para o povo camponês. A Educação do Campo vincula a formação à realidade dos sujeitos, respeitando o tempo de produção e proporcionando uma formação de qualidade em alternância, com tempos formativos alternados, no qual os estudantes acessam a parte teórica com professores(as). Os estudantes têm essa formação em blocos/etapas, o que demanda também uma estrutura de alojamento, um tempo e uma comunidade onde sejam desenvolvidas as atividades de pesquisas, práticas de campo com acompanhamento dos professores. E isso não é possível de ser realizado com qualidade se não houver políticas educacionais previstas na legislação e com recurso previsto.

8. RCC - Do seu ponto de vista, diante do contexto histórico que vivemos e dos embates de opiniões políticas que se desenham no país, quais seriam, hoje, as principais possibilidades, desafios e perspectivas para o futuro da Educação do Campo?

Adriana - Diante dos retrocessos políticos que estamos vivenciando no país desde 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, vemos um crescente extermínio das políticas públicas voltadas para a educação, principalmente aquelas dirigidas para o povo camponês, que contemplaram em sua maioria as mulheres. Hoje as companheiras não conseguem ver possibilidades de estudar, tendo em vista as propostas do governo eleito em 2018 no Brasil, que assume nos próximos quatro anos os caminhos ou, quem sabe, os descaminhos da política nacional. Houve grandes prejuízos para Educação do Campo, em dez anos o PRONERA, por exemplo, sofreu um corte drástico de recursos, que em 2008 era de 70 milhões, chegando em 2018 a 3,7 milhões. As lutas dos movimentos sociais estão totalmente vinculadas às lutas da Educação do Campo, por uma educação que forme os sujeitos do campo, possibilitando continuarem vivendo no campo. Diante do acirramento da criminalização dos movimentos sociais, um dos grandes desafios está em garantir para a Educação do Campo o orçamento para o PRONERA. Uma das principais estratégias, para isso, é a unificação das bandeiras de luta para o fortalecimento dos movimentos e, assim, garantir a educação pautada. Nessa perspectiva, está lançado o desafio para a Educação do Campo, de resistir e continuar existindo, e poder garantir a formação continuada dos povos do campo. ■